

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

VICTÓRIA BEATRIZ SILVA ALEIXO

POLÍTICA TAMBÉM É COISA DE MULHER:
PARTICIPAÇÃO FEMININA NO LEGISLATIVO E EXECUTIVO NO
MUNICÍPIO DE MONTEIRO - PARAÍBA

VICTÓRIA BEATRIZ SILVA ALEIXO

POLÍTICA TAMBÉM É COISA DE MULHER: PARTICIPAÇÃO FEMININA NO LEGISLATIVO E EXECUTIVO NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO - PARAÍBA

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública.

Orientador: Professor Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos.

SUMÉ-PB

A366p Aleixo, Victória Beatriz Silva.

Política também é coisa de mulher: participação feminina no legislativo e executivo no município de Monteiro - Paraíba. / Victória Beatriz Silva Aleixo. - 2021.

51 f.

Orientador: Professor Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos.

Artigo Científico - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Mulheres na política. 2. Participação política feminina. 3. Feminismo. 4. Política e mulheres. 5. Discussão de gênero. 6. Gestão Pública. I. Santos, Valdonilson Barbosa dos. II. Título.

CDU: 32-055.2(045)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa Bibliotecário-Documentalista CRB-15/626

VICTÓRIA BEATRIZ SILVA ALEIXO

POLÍTICA TAMBÉM É COISA DE MULHER: PARTICIPAÇÃO FEMININA NO LEGISLATIVO E EXECUTIVO NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO - PARAÍBA

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA:

Professor Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos.
Orientador – UACIS/CDSA/UFCG

Professor Dra Kelly Cristina Costa Soares.
Examinador I – UAGESP/CDSA/UFCG

Mestra Carla Mailde Feitosa Santa Cruz.

Trabalho aprovado em: 28 de maio de 2021.

Examinador II – UATEC/CDSA/UFCG

DEDICATÓRIA

Dedico primeiramente a Deus e a Maria Santíssima por me abençoar e me guiar durante toda a minha trajetória, sem ele eu não seria nada.

Agradecer aos meus pais Olindina e Antônio pelo o apoio, esforço, sempre me encorajar e apoiar em todas minhas conquistas e incentivando em meus sonhos. A minhas irmãs Anne Gabriele e Maria Fernanda por ser minhas forças diárias e fonte de energia.

Dedico em especialmente a minha avó Josefa, meu porto seguro, sempre torcendo por cada conquista antes mesmo de alcançar, sempre preocupada todos os dias pelas idas e vindas para o CDSA.

Agradecer a minha amiga Dayane, minha amizade desde os primeiros dias de aula, parceira no ônibus e hoje se tornando uma das pessoas mais importantes da minha vida, apoiando cada conquista, me incentivando, me fazendo crescer a cada dia na vida profissional e pessoal.

Agradecer a Giselle, minha amiga que chegou de fininho e se tornou uma pessoa especial em minha vida, gratidão por sempre ter me ajudado e me auxiliando em todas etapas acadêmicas e pessoais.

Agradecer a minha amiga Maria Thayane, minha companheira nas idas e vindas no ônibus, parceira nos corredores no CDSA, no meu dia-a-dia, sempre me auxiliando e incentivando em todas minhas atividades seja acadêmica ou pessoal.

A meu amigo Tarlan sempre presente desde do início até o fim do curso, meu apoio em cada período, trabalho, prova e atividade, só gratidão por ter tido você durante esse período acadêmico até o sempre.

As minhas amigas Laís e Laura, por mesmo estarem fora da graduação foram muito importantes durante essa trajetória do curso e sempre presentes em todas as etapas.

Gratidão a todos meus outros amigos não citados, porém contribuíram para minha formação profissional e pessoal.

Dedico ao meu orientador Valdonilson por ter aceito a proposta e contribuir de todas as formas para minha conclusão acadêmica.

RESUMO

O direito político, em especialmente o voto e representação, foi marcado pela luta feminina no Brasil, a participação da mulher em relação ao homem ainda é bastante baixa. Com isso, este estudo pretende contribuir para discussões de gênero da Gestão Pública analisando a participação política com estudo de caso do município de Monteiro na Paraíba. O presente estudo é uma pesquisa qualitativa e quantitativa em arquivos da Câmara Municipal em relação do executivo nos últimos 45 anos e legislativo do ano de 2000; 2008 e 2020. Aplicação de um questionário a duas (2) mulheres no legislativo municipal compreendendo sua trajetória e questionário a população monteirense em relação às mulheres na política local. Os resultados obtidos nesta pesquisa possibilitaram compreender como as mulheres ainda são excluídas do campo político seja pelos próprios parlamenteares ou até mesmo a falta confiança da sociedade devido a uma cultura machista de anos. O tratamento de dados foi realizado por estatísticas descritivas por meio de tabelas e gráficos. Uma luta por uma gestão pública sem discriminação ou exclusão, apenas lutando belo o bem da cidadania, pode-se concluir que mesmo nos dias atuais a participação feminina ainda é mínima e as atuações existentes é marcado por ações que visa o bem de todos sem nenhuma distinção, em nossa realidade é marcada por uma política com característica de influência familiar.

Palavras-chaves: política; feminismo; executivo; legislativo; gestão pública

ABSTRACT

Political rights, especially voting and representation, were marked by the struggle of women in Brazil, the participation of women in relation to men is still very low. Thus, this study intends to contribute to gender discussions in Public Management by analyzing political participation with a case study in the municipality of Monteiro in Paraíba. The present study is a qualitative and quantitative research in City Council archives in relation to the executive in the last 45 years and the legislative in 2000; 2008 and 2020. Application of a questionnaire to two (2) women in the municipal legislature comprising their trajectory and a questionnaire to the Monteirense population in relation to women in local politics. The results obtained in this research made it possible to understand how women are still excluded from the political field, whether by parliamentarians themselves or even the lack of trust in society due to a macho culture of years. Data treatment was performed using descriptive statistics through tables and graphs. A fight for public management without discrimination or exclusion, just fighting beautiful for the good of citizenship, it can be concluded that even today, female participation is still minimal and the existing actions are marked by actions aimed at the good of all without any distinction, in our reality is marked by a policy with a characteristic of family influence.

Keywords: politics; feminism; executive; legislative; public management.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPU: União Parlamentar Internacional

STF: Supremo Tribunal Federal

TRE: Tribunal Regional Eleitoral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REVISÃO DA LITERATURA	12
2.1 O que é política?	12
2.2 Contexto histórico do movimento feminista e direito ao voto	12
2.3 Atuação das congressistas na constituinte de 1988	15
2.4 Violência política de gênero: a democracia é a maior vítima	15
2.5 Eleições municipais no estado da paraíba no ano de 2020: cargo para prefeito(a)	16
3 METODOLOGIA	20
3.1 Tipo de estudo	20
3.2 Local de estudo	20
3.3 População e amostra estatística	21
3.4 Instrumento de coleta de dados	21
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	22
4.1 Executivo Monteirense	22
4.2 Legislativo Monteirense	23
4.3 Entrevista com mulheres eleitas no legislativo	28
4.4 Coleta de dados com a população monteirense	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO A POPULÇÃO MONTEIRENSE	47
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AS VEREADORAS DE MONTEIRO	49
APÊNDICE C – TERMO DE ALITORIZAÇÃO	51

1 INTRODUÇÃO

O movimento feminista apresenta uma trajetória de avanços sempre com o objetivo de desprezar hábitos sociais que julgam de forma injusta todas as mulheres, impedido de realizar diversos papéis em meio à sociedade, excluindo direitos que hoje é atribuído devido ao legítimo direito de conquista. Segundo a doutrina feminista, o feminismo não busca tomar direitos ou agredir o sexo oposto, mas sim ter seus direitos básicos com a igualdade de gênero.

No decorrer dos anos as questões femininas sempre foram tomadas por meios de polêmicas no âmbito social, assuntos como aborto, assédio, comportamento, trabalho e inclusão de seu papel no cenário político. A luta da mulher no espaço político é diária, devido ser considerado um espaço machista. Segundo relatos de mulheres a exclusão feminina no espaço político é decorrente de anos atrás e persistente até os dias atuais, e aquelas que são eleitas apresentam dificuldades para ter voz ativas nas tomadas de decisões.

A violência acontece com tanta frequência na nossa sociedade que termina esquecendo seu real significado e se torna algo normal, quando isso ocorre dentro da política é chamado de: Violência Política de Gênero. A violência política de gênero acontece com eleitoras, candidatas e mulheres eleitas nos cargos, essa violência ocorre quando a mulher é obrigada a votar em um determinado candidato, quando é retratado que mulheres não sabem falar sobre política ou até mesmo quando um partido lança a candidatura da mulher e logo após eleita no cargo, elas são silenciadas, ignoradas, ameaçadas, assediadas e assassinadas, relato das próprias parlamentares.

Ser mulher em uma sociedade machista é enfrentar obstáculos diários em todos os aspectos, a fala de um homem no meio da sociedade ainda é a mais destacada. Segundo os dados da IPU – União Parlamentar Internacional, 82% das parlamentares eleitas já foram vítimas de comentários sexistas, intimidações e ameaças; 44% das mulheres na política já receberam ameaças de estupro, morte, sequestro e espancamento. A Bolívia é o único país na América Latina que tem uma lei que punir a violência política de gênero, é a lei 243/2012 – Bolívia, segundo a União Parlamentar Internacional.

Para Organizações das Nações Unidas (ONU), as ações voltadas a Mulheres, a Violência Política de Gênero é definida como qualquer ação, conduta ou omissão que, com base no gênero, cause danos ou sofrimento a uma ou a várias mulheres. Esse tipo de violência a cada dia cresce, prejudicando a democracia e participação ativa das mulheres no campo político. Nos dias atuais as redes sociais digitais é o principal instrumento para a prática de ataque às mulheres. Esses ataques são realizados por meio de propagandas enganosas, vídeos, imagens e comentários em publicações, atentando na sua dignidade. Na maioria dos casos mulheres são eleitas em cargos bases, afastadas de cargos de grandes decisões, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) já se pronunciou para a necessidade de vagas nas disputas intrapartidárias. Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) constatou que uma maior proporção do gênero feminino na executiva nacional é fundamental para a inclusão de mulheres na política, este é um dos vários passos para que as mulheres sejam vistas como líderes. Os partidos tem como dever combater esse tipo de violência no meio da política.

A falta de recursos para as campanhas femininas é um dos principais fatores para não se elegerem. O fundo de financiamento de campanha juntamente com o fundo partidário é a principal fonte de recursos para as candidaturas. Em 2018 o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral determinaram que os recursos políticos devem ser obrigatoriamente aplicados em campanhas das mulheres de forma proporcional, com porcentagem de 30% da chapa. Na maioria dos casos esses recursos não chegam às mulheres, desestimulando cada vez mais a sua participação ativa segundo vários relatos.

De acordo com a União Parlamentar Internacional, o Brasil é um dos piores países em termos de representatividade política feminina, ocupando o terceiro lugar na América Latina em menor representação parlamentar de mulheres. Essa taxa atinge todas as esferas de poder do Estado, seguindo da Câmara dos vereadores até o Senado. A presente problemática de investigação deste trabalho aponta a seguinte questão de pesquisa: Quais fatores interferem para a inclusão das mulheres na ocupação de cargos públicos eletivos no âmbito político?

O objetivo da pesquisa originou-se da necessidade de analisar a representatividade feminina na política e nas instituições do município de Monteiro-PB. Daí tem-se como objetivos específicos: comparação da representação feminina

no executivo e legislativo em relação ao quantitativo de homens nos anos nos processos eleitorais municipais de 2000; 2008 e 2020; identificação partidária, relações familiares e atuações na representação em interesses femininos das mulheres no legislativo do município; e analisar quais fatores levam a população a eleger um candidato (a) ao cargo do executivo e legislativo.

Este estudo se justifica a necessidade de compreender o ingresso e atuação feminina do cargo políticos do executivo e legislativo com estudo de caso da realidade do município de Monteiro no cariri paraibano, observando a trajetória de alguns anos e a baixa representatividade das mulheres.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O que é política?

A palavra política deriva-se do termo grego "politikos", que significa os cidadãos que viviam na "polis". Polis, era usada para se referir à cidade, e também ou até mesmo à uma sociedade organizada. Segundo a filosofa alemã Hannah Arendt (2003):

A política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças. Enquanto os homens organizam corpos políticos sobre a família, em cujo quadro familiar se entendem, o parentesco significa, em diversos graus, por um lado aquilo que pode ligar os mais diferentes e por outro aquilo pelo qual formas individuais semelhantes podem separar-se de novo umas das outras e umas contra as outras. Nessa forma de organização, a diversidade original tanto é extinta de maneira efetiva como também destruída a igualdade essencial de todos os homens. A ruína da política em ambos os lados surge do desenvolvimento de corpos políticos a partir da família. Aqui já está indicado o que se torna simbólico na imagem da Sagrada Família: Deus não criou tanto o homem como o fez com a família.

A política surge como forma de organização social para que todos tenham regras para uma boa convivência, atender as necessidades da sociedade, limite de ações e aplicações de direitos e de deveres. É por meio de eleições que se consegue colocar pessoas adequadas e capazes de realizar uma boa administração pública, dispostas a representar nossas ideias e interesses sempre pensando no bem coletivo. As atividades de gestão de Estado estão presentes nos orçamentos públicos e decisões coletivas com participação indireta da sociedade.

2.2 Contexto histórico do movimento feminista e direito ao voto

Historicamente o espaço político está associado ao homem desde da antiguidade da Grécia Antiga. Em Atenas se fazia referência apenas a homens no poder, desde desse período as mulheres já eram excluídas não só do campo político. Na Grécia antiga era homem político aquele que podia participar das reuniões na ágora, ser grego e maior de 21 anos de idade. Platão criou a ideia de República sendo objeto de análise na Roma Antiga, de Maguiavel (na Península Itálica) e outros filósofos na

Revolução Francesa. Há mais de dois mil anos existe a reflexão sobre relação humana e sua forma de fazer política.

Desde da antiguidade a mulher luta para ter um reconhecimento em meio a sociedade, seja para ter voz mais ativa em meio a família, seja pra ter mais espaço no campo de trabalho, ter direito de escolha sem que seja questionada ou até mesmo recriminada por uma mesma atitude do sexo oposto. As decisões de poder sobre a política deveriam se basear em equidade de gênero, porém nos dias atuais ainda é mascador pela forte influência de decisões masculinas.

A história das mulheres na política no Brasil começa quando as mulheres passam a exigir mais direitos no campo político. A luta feminina iniciou no período imperial até o período republicano (século XIX e início do século XX). Na Constituição Federal de 1824, declarada por Dom Pedro I, era ressaltada que cidadão ativo era maiores de 25 anos com uma renda anual. Porém, quem entra como cidadão? Apenas os homens, mulheres eram declaradas apenas como cidadãs passivas apresentando apenas direitos civis, sendo um deles recebimento de herança, porém sem direito do voto.

No ano de 1880 inicia-se a reforma na lei eleitoral brasileira surgindo no dia 09 de janeiro de 1881 pelo decreto nº 3029 a Lei Saraiva, que seria eleições diretas para todos os cargos elegíveis existente. Essa lei obrigava a todos os cidadãos diplomatas a votar, limitando aos cidadãos analfabetos. Qualquer brasileiro com diploma acadêmico tinha o direito de votar, portando foi somado com a lei de reforma de ensino do ano de 1879 que permitia as mulheres o acesso ao ensino superior. A Lei Saraiva, no entanto, deixou uma brecha na lei pois declarava que qualquer cidadão com diploma poderia votar, porém não ocorrendo a especificação de gênero.

No ano de 1885 a pioneira para a inserção ao direito feminino de votar foi Isabel de Sousa Matos. Gaúcha e diplomada dentista, ela pede seu alistamento militar, proporcionando uma briga jurídica e vencida apenas na segunda instância do processo. E em 1891 a baiana Isabel Dillon se candidata a deputada do seu estado, cumprindo todos os requisitos da lei sendo ela alfabetizada, diplomada e maior de 21 anos, porém seu pedido para ingressar no meio político e seu direito de votar foi negado.

O Rio de Janeiro era a capital do país nesse período com isso toda a concentração da imprensa estava lá, é noticiado o início do Movimento Sufragista liderado por Leolinda Daltro, uma professora e criadora do Partido Republicano Feminino em 1910. O partido teve fundação devido a uma brecha na lei de partidos que não impedia de a mulher criar o seu próprio partido ou de se afiliar a um. As sufragistas também defendiam a abolição da escravidão, direito a educação formal e o republicanismo. A imprensa foi um grande influenciador para pressionar a sociedade a exigir o direito do voto feminino. As feministas eram ridicularizadas e vistas como incapazes de ocupar postos eletivos públicos. Leolinda foi responsável pela marcha das 100 mulheres para que ocorresse uma devida "pressão" e fosse liberado o voto feminino.

Em 1922 ocorre a criação da Filiação do Progresso Feminino liderada pela Bertha Lutz uma bióloga com estudos em países como França, Inglaterra e Estados Unidos. Ela foi bastante importante durante esse período de luta pelo o voto e um dos nomes que mais se destacou na história. Bertha teve participação na Carta da Mulheres da ONU.

Em 1927, foi registrado no Rio Grande do Norte a primeira eleitora brasileira, Celina Guimarães de Viana, apresentando todos os requisitos do texto constitucional do estado que mencionava o direito ao voto "sem distinção de sexo". Logo em seguida no ano de 1929 Luiza Alzira Teixeira Soriano foi a primeira mulher a ser eleita prefeita de um município no Brasil e na América Latina, ela foi eleita em Lajes no Rio Grande do Norte, decorrente deste fato os outros estados brasileiros começam a aderir o ingresso das mulheres. Na era Vargas, no ano de 1932, Lei Federal pelo decreto 21.076 do Art. 2º: É eleitor o cidadão maior de 21 anos sem distinção de sexo alistada na forma desde código – Voto facultativo para mulheres alfabetizadas e casadas com permissão dos maridos para votar. Se tornando voto obrigatório para homens e mulheres que são servidoras públicas.

Por que mulheres não podiam votar? Segundo parlamentares e aqueles homens que não concordava com as mulheres na política é de que: mulheres se participassem da política seria uma "ameaça a manutenção familiar" já que deviam obediência aos maridos ou ao pai, as mulheres seriam emocionalmente influenciáveis e incapazes de ter opinião própria e ter seu raciocínio independente,

mulheres não lutariam em guerras e seriam incapazes de entender assuntos complexos.

Getúlio Vargas realiza uma pequena alteração na Constituição Federal de 1934 do Art. 108 é ressaltado: Eleitores brasileiros de um e de outro sexo, maiores de 18 anos que se alistarem na forma da lei. Teve a participação da 1ª mulher constituinte que se chamava Carlota Pereira de Queiros (1892-1982) também sendo a primeira mulher deputada eleita no país.

2.3 Atuação das congressistas na constituinte de 1988

Na Carta das Mulheres apresentada pela campanha realizada pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDM), na Constituinte de 1988, no encontro nacional ocorrido em 26 de agosto de 1986, defendeu-se:

"para nós, mulheres, o exercício pleno da cidadania significa, sim, o direito à representação, à voz e à vez na vida pública, mas implica, ao mesmo tempo, a dignidade na vida cotidiana, que ale pode inspirar e assegurar, o direito à educação, à saúde, à segurança, à vivencia familiar sem trauma. O voto das mulheres traz consigo essa dupla exigência: um sistema político igualitário e uma vida civil não autoritária."

Cumpre a ressalvar que a Assembleia Nacional Constituinte formada por senadores e deputados eleitos pelo Congresso, tinha composição de 559 membros, dentre estes apenas 26 a participação de mulheres. A estrutura política das mulheres em diálogo com atores sociais do Estado teve uma busca efetiva nos direitos das mulheres resultando na conquista jurídica de igualdade entre homens e mulheres, não discriminação de sexo, raça e religião, ampliando os direitos sociais, políticos, econômicos e civis, melhorando a participação da mulher em decisões familiares, proteção no mercado de trabalho e o campo dos direitos sexuais.

2.4 Violência política de gênero: a democracia é a maior vítima

Para a ONU Mulheres (Organização das Nações Unidas dedicada a Igualdade de Gênero), a violência política de gênero é qualquer ação, conduta ou omissão que, com base no gênero, cause danos ou sofrimento a uma ou várias mulheres. O objetivo desse tipo de violência é limitar, impedir e prejudicar o exercício das

mulheres nos direitos políticos. Todas sofrem, seja ela branca, negra, indígena, transgênera, parlamentar de direita, esquerda ou do centro. Nos dias atuais a política deve ser plural e de forma diversa. A democracia é a maior vítima, sem a participação feminina nas tomadas de decisões e voz ativa a democracia se torna incompleta.

A participação ativa feminina no campo político-eleitoral contribui-se para redução de outras problemáticas sociais sendo elas a violência contra a mulher, políticas públicas para proteção da maternidade e redução de desigualdade no espaço de trabalho. No trecho inicial da Procuradoria-Geral da República do processo de origem ADI nº 5617 do Supremo Tribunal Federal pelo relator Ministro Edson Fachin tem como transcrição:

real equidade de gênero na política, que dê materialidade ao direito fundamental à igualdade substantiva entre homens e mulheres, representa, a um só tempo, objetivo a ser alcançado por políticas públicas transversais, e meio essencial para assegurar que a definição das ações e prioridade do Estado brasileiro contemple perspectivas e necessidades da população feminina. Adequada participação feminina nas casas legislativas, proporcional à sua presença já majoritária na população brasileira e à relevância dos papéis desempenhados nos âmbitos econômicos e sociais, é essencial para superar outros entraves à igualdade de gênero. (...) Maior equidade de gênero na política também possui significativo efeito simbólico e contribui para empoderamento das mulheres e para sua afirmação como sujeitos de direitos nas esferas públicas, o que tende a repercutir positivamente também sobre as relações nas esferas privadas.

2.5 Eleições municipais no estado da paraíba no ano de 2020: cargo para prefeito(a)

Nas eleições de 2020 no Estado da Paraíba foram eleitas 37 mulheres no cargo de prefeita. A candidata mais votada do estado foi Luciene Gomes do partido PDT com 21.103 votos na prefeitura de Bayeux. Em segundo lugar. Ficou a candidata Eunice do partido da Cidadania com 14.991 votos no município de Mamanguape. E em terceiro lugar ficou a candidata Ana Lorena do partido PL com 11.533 no município de Monteiro. A menor votada foi a candidata eleita Marineide do partido PL com 1.184 votos no município de Carrapateira. Pode-se observar a relação de candidatas eleitas nas eleições de 2020 segundo os dados do Tribunal Regional Eleitoral no estado da Paraíba para o cargo de prefeita destacando-se por partido, cidade e número de votos:

Quadro 1 - Mulheres eleitas no cargo de prefeita no Estado da Paraíba

CANDIDATA	PARTIDO	CIDADE	Nº DE VOTOS
Maria de Zé Roberto	PSDB	Alagoinha	5.031
Josilda Macena	PSDB	Araçagi	5.577
Dra. Silvia	PSC	2 0	
Cacilda	PSD	Barra de Santana	2.627
Luciene Gomes	PDT	Bayeux	21.103
Dona Aline	PDT	Belém	6.064
Talita Lopes	Republicanos	Boa Ventura	2.401
Denise Bayma	PP	Bom Jesus	1.546
Gilene Cândido	Cidadania	Borborema	1.305
Marineide	PL	Carrapateira	1.184
Karla Pimentel	PROS	Conde	6.794
Chaguinha de Edilson	PDT	Coremas	5.126
Aliny Povão	DEM	Cruz do Espírito Santo	6.319
Simone	Cidadania	Damião	1.572
Joyce	MDB	Duas Estradas	1.868
Anete Loureiro	Cidadania	Emas	1.634
Magna	MDB	Fagundes	2.811
Elissandra Brito	DEM	Itapororoca	8.106
Anna Virgínia	Avante	Juazeirinho	6.500
Solange	Cidadania	Jururu	3.429
Socorro de Biro	Republicanos	Lagoa	2.800
Eunice	Cidadania	Mamanguape	14.991
Lili	DEM	Marcação	2.965
Lorena	PL	Monteiro	11.533
Joana de Dr. Chico	Cidadania	Olho D'água	2.659
Michele Ribeiro	Cidadania	Pedro Régis	2.530
Socorro Brilhante	PP	Pilões	2.841
Eliane Galdino	Avante	Pocinhos	6.584
Cláudia	Republicanos	Quixaba	1.172
Da Luz	·		1.513
Cilinha	DEM	Riachão do Poço	1.853
Magna Gerbasi	PP	Rio Tinto	6.278
Mônica	Cidadania	São Bentinho	1.853
Adeilza	PL	São Domingos	1.349
Ana Maria	PÇ	São José do Brejo da Cruz	1.478
Neide	Cidadania	Sossêgo	1.602
Leninha Romão	PP	Uiraúna	5.009

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

No ano de 2020 foram eleitas prefeitas no estado da Paraíba nas microrregiões e mesorregiões:

Quadro 2 – Mulheres Prefeitas por Micro e Mesorregiões da Paraíba

MICRORREGIÕES / MESORREGIÕES	N° DE MULHERES ELEITAS
SERTÃO	13
AGRESTE	10
MATA	9
CARIRI	3
BREJO	1
SERIDÓ	1

Fonte: TSE

Segundo os dados do Tribunal Regional Eleitoral o percentual de mulheres eleitas no estado pela a sua idade:

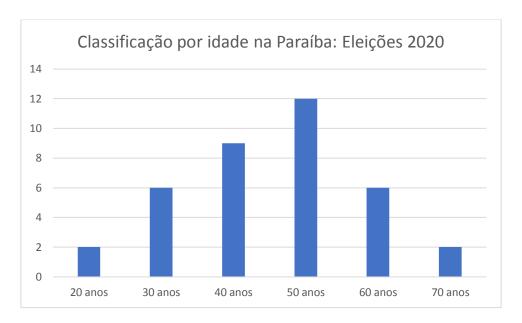
Gráfico 1 - Percentual de mulheres eleitas por idade no cargo de prefeita no Estado da Paraíba



Fonte: TSE

A prefeita mais nova, Joyce, de 27 anos, elegeu-se na cidade de Duas Estradas. A mais idosa, Dona Aline, de 78 anos, elegeu-se na cidade de Belém.

Gráfico 2 - Classificação de idade no cargo de prefeita no estado da Paraíba



Fonte: TSE

Nas eleições de 2020 no estado da Paraíba dentre os 223 municípios foram eleitos: 186 homens e 37 mulheres.

Dentro dos 223 municípios localizados na Paraíba apenas trinta e sete (37) mulheres foram eleitas no cargo de prefeita com a porcentagem de apenas 17%, os homens atingiram mais da metade da porcentagem com 86% resultado de cento e oitenta e seis (186) prefeitos eleitos.

Mulheres
17%

Homens
83%

Gráfico 3 – Resultado das Eleições Municipais do Estado da Paraíba por gênero

Fonte: TSE

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de estudo

Este estudo faz análise qualitativa e quantitativa, a pesquisa levantou informações sobre os critérios de participação feminina na política. Para tanto, observaram-se os critérios necessários ao sucesso eleitoral, questões familiares, representação feminina e especialmente levantando importantes informações sobre a participação feminina.

3.2 Local de estudo

O estudo empírico foi realizado tendo como cenário o município de Monteiro, localizado na Microrregião do Cariri Ocidental Paraibano. Limita-se ao Norte com o município de Prata (PB); Oeste, com Sertânia, Iguaraci e Tuparetama (PE); ao Sul, com São Sebastião do Umbuzeiro e Zabelê (PB); e, ao Leste, com Camalaú e Sumé (PB). A escolha deste município ocorreu como elemento de compreensão da realidade local a fim de servir para a elaboração de diagnósticos

situacionais da região do Cariri. O município de Monteiro é estimado por 30.852 mil habitantes, segundo dados de 2010 do IBGE.

3.3 População e amostra estatística

A presente pesquisa foi realizada com duas vereadoras no município de Monteiro nas eleições de 2020, com a pretensão de compreender a questão da representação e representatividade feminina na política. Segundo dados do TRE, nos anos de 2000, 2008 e 2020 foram eleitas no legislativo apenas 3 vereadoras o município. Das três vereadoras eleitas nos anos estudados apenas duas foram entrevistadas devido à agenda e dificuldade para a sua localização.

Para obtenção da opinião dos cidadãos do município de Monteiro, aplicou-se o questionário foi respondido por 23 cidadãos, com os resultados obtidos realizou o cálculo pela planilha do Excel. O questionário foi aplicado e respondido de forma virtual, utilizando da plataforma Google Forms e divulgação pelo Instagram.

3.4 Instrumento de coleta de dados

Para a coleta de dados a entrevista com as vereadoras e o questionário direcionado a população foi aplicado e direcionado de forma virtual devido à pandemia de Covid-19, presando pela a saúde de ambos e evitando a forma de contágio. O questionário e o roteiro de entrevistas foram constituídos por: nome, idade, grau de escolaridade, estado civil. A segunda parte foi elaborada perguntas direcionados para o público alvo, perguntas diretas e objetivas. A aplicação de ambos ocorreu durante o fim de abril de 2021.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Executivo Monteirense

Segundo o Projeto Mulheres Inspiradoras – PMI – 2018, o Brasil ocupa a 161^a posição no *Ranking* de Presença Feminina no Poder Executivo dentre dos 186 países analisados. Esse *ranking* é baseado na representatividade feminina nas chefias de governo, representatividade feminina e liderança feminina.

No município de Monteiro nos últimos 45 anos apenas 3 mulheres foram eleitas prefeitas, segundo os dados da Câmara Municipal.

Quadro 3 - Prefeitos Eleitos no Município de Monteiro

PREFEITO (A)	TEMPO DE MANDATO
JORGE	1975 – 1978
SILVA	1979 – 1982
TOINHO	1983 – 1988
DR. CHICO	1989 – 1992
TOINHO	1993 – 1996
BATINGA	1997 – 2004
LURDINHA	2005 – 2008
EDNA	2009 – 2016
LORENA	2017 – 2020

Fonte: Câmara de Vereadores de Monteiro

O ingresso feminino no executivo monteirense deu-se apenas a partir do ano de 2005 e segue até os dias atuais com a reeleição da candidata Anna Lorena do PL (Partido Liberal) nas eleições de 2020. A atual prefeita do município teve influência do seu patriarca para a candidatura, o ex-prefeito Dr. Chico em que esteve em poder do ano de 1989 a 1992. Anna Lorena foi destaque no estado por ter sido a terceira candidata mais votada no estado com o total de 11.533 votos. A ex-prefeita Edna Henrique que esteve em poder por 8 anos, eleita no ano de 2008 e reeleita no ano de 2012, teve influência no campo político do seu marido Dr. João Henrique ex-Deputado Estadual. Nos dias atuais Dra. Edna deputada federal do Estado eleita no ano de 2018, obteve o total de 69.935 votos ficando na 11ª colocação.

Apesar das mulheres estarem adquirindo cada vez mais um papel de protagonistas nas instituições sociais, elas não estão conseguindo competir em igualdades de condições com o gênero masculino no campo político, especificamente no poder legislativo e executivo. (BARCELAR, 2018, pág. 13)

A conquista das mulheres no executivo monteirense ocorreu pela primeira vez no ano de 2005, com a vitória da candidata e cidadã monteirense Dra. Lurdinha Aragão Partido Popular Comunista contra o candidato João Henrique do Partido Democrático Trabalhista. Nas eleições de 2008 seguindo os passos do marido João Henrique a candidata Dra. Edna Henrique do Partido Progressista venceu nas urnas municipais contra a candidata Dra. Lurdinha e na sua reeleição venceu o candidato Conrado do Partido Socialista Brasileiro. Nas eleições de 2016 a terceira candidata eleita no executivo foi Ana Lorena do Partido Social Democrático, filha do ex-prefeito do município Dr. Chico. Ela venceu a eleição contra o candidato Conrado do Partido Democrático Trabalhista e em sua reeleição venceu a candidata Micheila Henrique do Partido Social da Democraca Brasileira, filha da ex-prefeita Edna Henrique e João Henrique.

* Homens * Mulheres

Gráfico 4 - Percentual do Executivo Monteirense nos últimos 45 anos

Fonte: Câmara de Vereadores de Monteiro

O gráfico tem como representação nos últimos 45 anos o percentual de 67% relativo à emancipação de seis (6) representações masculinas e 33% relativo a três (3) representações femininas no poder executivo do município de Monteiro.

4.2 Legislativo Monteirense

A lei n° 9.504/97 criada para diminuir a incompatibilidade entre os gêneros na política partidária no cenário político brasileiro não surgiu tanto efeito, pois o quantitativo de mulheres eleitas antes da criação da lei de cotas partidárias se manteve quase que inalterável após a legitimação da mesma segundo o site do TSE.

A categoria de gênero pode ser entendida como elemento essencial para compreender as formas de entrada de mulheres na política e os papéis por elas desempenhados quando se estabelecem nesse meio. Esta, permitenos ainda, entender algumas peculiaridades referentes a relação entre mulheres e a prática política. (COSTA, 2017, pág. 21)

Quadro 4 - Representação do Legislativo Monteirense no ano de 2000

CANDIDATO	PARTIDO/ COLIGAÇÃO	VOTAÇÃO	% VÁLIDOS	SITUAÇÃO
CHUTA	PRP / PPB / PTB	773	5,23%	Eleito
INÁCO GABRIEL	PSDB / PL / PFL / PDT / PMDB	730	4,94%	Eleito
FERNANDO FIGUEIRA	PSDB / PL / PFL / PDT / PMDB	703	4,76%	Eleito
APOLÔNIO	PSDB / PL / PFL / PDT / PMDB	649	4,39%	Eleito
SIMORION	PSDB / PL / PFL / PDT / PMDB	636	4,3%	Eleito
DR. FERNANDO	PSDB / PL / PFL / PDT / PMDB	630	4,26%	Eleito
BERO	PSDB / PL / PFL / PDT / PMDB	617	4,17%	Eleito
EDVALDO	PSDB / PL / PFL / PDT / PMDB	605	4,09%	Eleito
DÉ SEVERO	PSDB / PL / PFL / PDT / PMDB	553	3,74%	Eleito
JU	PSDB / PL / PFL / PDT / PMDB	524	3,54%	Eleito
HELENO DE AMADEU	PSDB / PL / PFL / PDT / PMDB	510	3,45%	Eleito
LINDAURA DO OURO	PSDB / PL / PFL / PDT / PMDB	465	3,15%	Eleito Por Média
GENIM	PSDB / PL / PFL / PDT / PMDB	409	2,77%	Suplente
FRED MENEZES	PSDB / PL / PFL / PDT / PMDB	408	2,76%	Suplente
DR. VEVÉ	PSDB / PL / PFL / PDT / PMDB	404	2,73%	Suplente
ADOLFO	PRP / PPB / PTB	399	2,7%	Eleito
DUDU	PRP / PPB / PTB	386	2,61%	Eleito

Fonte: Câmara de Vereadores de Monteiro

No ano de 2000 no município de Monteiro foram eleitos no legislativo, 17 vereadores, Lindaura do Ouro do Partido Social Democrático Brasileiro, foi a única mulher a ser eleita representando as mulheres na Câmara Municipal. Os homens liderando no percentual de 67% e as mulheres no percentual inferior com 33%.

Homens Mulheres

33%

67%

Gráfico 5 - Representação do legislativo no ano 2000

Fonte: Câmara de Veraeadores de Monteiro

No campo do gênero, os homens como sujeitos pertencentes à estrutura social, têm liberdade quase absoluta, desfrutam de autonomia, são dominantes nos espaços públicos e de decisão, não necessitando submeter-se a outra categoria de sexo para realizar seus projetos, seus desejos. Já as mulheres, também como sujeitos pertencentes à estrutura social vigente, precisam solicitar autorização a "primeira" categoria. Isso implica afirmar que se a autonomia, o poder de decisão e a maior ocupação de espaços, privilegia apenas uma categoria social de sexo, fica patente a hierarquia e a desigualdade. (COSTA, 2017, pág.20)

Quadro 5 - Representação do Legislativo Monteirense no ano de 2008

<u>Candidato</u>	Partido / Coligação	<u>Votação</u>	% Válidos	Situação
Conrado	PP / PDT / PMN / PTB / PSDB / PPS / DEM	1.459	8,1%	Eleito
Christianne Leal	PSB / PMDB / PR	1.183	6,57%	Eleito
Bião	PSB / PMDB / PR	1.038	5,77%	Eleito
Toinho de Nequinho	PP / PDT / PMN / PTB / PSDB / PPS / DEM	1.013	5,63%	Eleito
Bero PP / PDT / PMN / PTB / PSDB PPS / DEM		981	5,45%	Eleito
Lito de Dona Socorro PSB / PMDB / PR		918	5,1%	Eleito
Paulo Sérgio	Paulo Sérgio PSB / PMDB / PR		5,02%	Eleito
Raul Formiga	PSB / PMDB / PR	881	4,89%	Média
Inacio Gabriel PP / PDT / PMN / PTB / PSDE PPS / DEM		850	4,72%	Eleito

Fonte: Câmara de Vereadores de Monteiro

No ano de 2008 foram eleitos no total de nove (9) vereadores e novamente apenas uma mulher foi eleita, a candidata Christiane Leal do Partido Social Brasileiro. Os homens no percentual seguem na liderança com 67% e as mulheres na porcentagem inferior com 33%.

* Homens Mulheres

Gráfico 6 - Representação do legislativo no ano 2008

Fonte: Câmara de Vereadores de Monteiro

Diante da grande conquista que teve a mulher em exercer seu voto, essa classe feminina conquistou também o direito de se expressar e lutar por seus ideais e por um mundo mais igualitário, indo à luta por a tão sonhada igualdade de gênero, sob o mesmo ponto de vista, evidenciamos aqui o importante papel de uma das tantas líderes pela luta social e feminina. (BARCELAR, 2018, pág. 13)

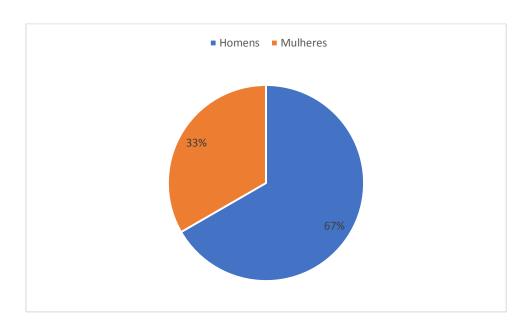
Quadro 6 - Representação do Legislativo Monteirense no ano de 2020:

Candidato	Partido / Coligação	Votação	% Válidos	Situação
CONRADO	CIDADANIA	1.303	6,81%	Eleito por QP
NADEJE	CIDADANIA	1.071	5,6%	Eleito por QP
CAJÓ	CIDADANIA	979	5,12%	Eleito por QP
SARGENTO FARIAS	CIDADANIA	875	4,57%	Eleito por QP
BIÃO	CIDADANIA	874	4,57%	Eleito por QP
LITO DE DONA SOCORRO	PSDB	774	4,05%	Eleito por QP
PAULO SERGIO	CIDADANIA	661	3,45%	Eleito por QP
TOINHO DE NEQUINHO	CIDADANIA	596	3,11%	Eleito por média
DÁCIO DE DÉCIO	PROS	499	2,61%	Eleito por QP
SANDRO DE IPUEIRA FUNDA	PSDB	494	2,58%	Eleito por QP
CÍCERO DO MULUNGU	PSDB	489	2,56%	Eleito por média
ANDRÉIA DAS CUPIRAS	PROS	423	2,21%	Eleito por QP
BILU DO ALTO DE SÃO VICENTE	PSC	237	1,24%	Eleito por média

Fonte: Câmara de Vereadores de Monteiro.

Nas eleições de 2020 foram eleitos no total de treze (13) vereadores, com duas representações femininas, as candidatas Nadeje do partido Cidadania e Andréia das Cupiras do partido PROS Seguindo no mesmo percentual dos anos anteriores os homens seguem na liderança com 67% e a mulheres na taxa inferior com 33%.

Gráfico 7 - Representação do legislativo no ano 2020



Fonte: Câmara de vereadores de Monteiro

4.3 Entrevista com mulheres eleitas no legislativo

Sobre o estudo feito dos anos de 2000, 2008 e 2021, nesses três anos mencionados apenas três mulheres foram eleitas no cargo no legislativo municipal. Os dados coletados por meio de entrevista virtual possibilitaram compreender a representação feminina na Câmara Municipal de Monteiro.

A identificação vai ocorrer por V1 e V2, preservando o anonimato e respondendo as devidas perguntas direcionadas as candidatas eleitas.

Quadro 7 - Dados pessoais: Idade, Estado Civil, Grau de Escolaridade e Quantidade de Filhos:

candidata	idade	estado civil	grau de escolaridade	quantidade de filhos	naturalidade	
v1	55	casada	técnica em contabilidade e técnica em enfermagem	três	monteirense	
v2	38	casada	ensino médio completo	três	monteirense	

Fonte: construído com os dados da pesquisa.

Logo após a apresentação com dados pessoais, iniciou-se as perguntas referentes à carreira política no legislativo monteirense. A primeira pergunta foi: com quantos anos deram entrada para a vida política no município? Obteve-se as seguintes repostas:

Ingressei na vida política com 54 anos. (V1) Iniciei no campo político com 26 anos. (V2)

O segundo questionamento deu-se referente em que ano ocorreu o lançamento da sua candidatura no município, às candidatas V1 e V2 responderam da seguinte forma:

Essa foi a primeira vez que me candidatei, lancei minha candidatura no ano de 2020 no município e conseguindo ser eleita no legislativo. (V1)

Meu ingresso na candidatura ocorreu à primeira vez no ano de 2016 nas eleições municipais, a segunda vez ocorreu ano passado nas eleições de 2020 com a minha vitória. (V2)

O terceiro e quarto ponto questionavam sobre quando o partido escolhido pelas candidatas e qual seu critério para a escolha do partido político, coletou a seguinte resposta:

O partido em que ingressei foi o Cidadania, pois apresentava os mesmos objetivos que os meus e lutava por uma cidade cada vez melhor. (V1)

O partido que escolhi foi o PMDB e me mantive nas duas eleições, escolhi o partido pois concordava com características do mesmo. (V2)

Ao falar da participação da mulher na política e sua representação é preciso compreender a história de lutas que as mesmas passaram para chegar à conquista de sua participação. (GOUVEIA, 2014, pág. 12)

Assim, dentro destas, encontra-se fortes discussões que perpetua até os dias de hoje. O quinto quesito do questionário perguntava o que tinha motivado as vereadoras a se candidatar, as mesmas responderam:

Me candidatei pelo povo de Monteiro, pois sempre goste de fazer o bem a todos. (V1)

Sempre acreditei que somaria muito na Câmara de vereadores do nosso município, buscando cada dia lutar pelos mais necessitados, buscando fiscalizar e apresentar projetos de lei que venha transparecer a gestão pública, exemplo de um PL que apresentei "MONTEIRO FICHA LIMPA", mostrando que as mulheres tem cada dia mostrado seu potencial e capacidade na gestão pública. (V2)

Devido Monteiro ser uma cidade do cariri paraibano, a carreira política de muitos candidatos vem consequente da participação familiar em algum cargo ou até mesmo passando de geração em geração. A pergunta atribuída às entrevistadas foi "Você já possuía algum parente dentro desse universo político?", essas foram as seguintes respostas:

Sim, meu esposo já participa da vida política no município, com vitória de 7 mandatos nas eleições municipais. (V1)

Não apresento nenhum parente nesse meio. (V2)

Como já foi visto em tópicos anteriores a violência de política de gênero está presente em todas as esferas seja ela municipal, estadual ou federal, com isso foi feita a seguinte pergunta as vereadoras: Você acha que dentro da Câmara de Vereadores por ser mulher, você enfrentou alguma dificuldade ou foi vítima de violência política de gênero?

Não, não sofri nenhum tipo de preconceito. Graças a Deus está tudo em ordem. (V1)

Sim. Quando cheguei naquele local todos (as) me olhavam e com comentários que ia ter dificuldade em exercer meu mandato. Foi quando coloquei meu nome a disposição de exercer o cargo de 1º secretária do primeiro e segundo biênio, onde fui eleita e assim sou uma vereadora com mais requerimentos e projetos de lei da casa legislativa municipal. (V2)

A necessidade da mulher está inserida no meio político reforça a preocupação em pesquisar sua inserção dentro da vida política. (COSTA, 2014, pág.13)

Tendo em vista que a cada dia a mulher vem buscando seu espaço político na sociedade e sua participação na política não apenas como uma mera eleitora, como também representante de poder seja ele executivo, legislativo ou Judiciário. Também foi questionado sobre as características dos mandatos, propostas e políticas públicas destinadas ao público feminino. As vereadoras responderam as seguintes questões:

Fiz alguns requerimentos em prol da nossa saúde que está muito sério, fiz também em prol das mulheres que passam por problemas sérios em suas relações. (V1)

Minhas prioridades no mandato é ser uma vereadora atuante, humilde de atitude e compromisso com nosso povo, buscando cada dia fazer o melhor e ir onde vereador nenhum foi que é a transparência de mostrar seu mandato da cidade a zona rural, ter independência de cor ou raça, analisar do lado A ou lado B visando investir nos nossos jovens na educação que é o futuro de nosso país. (V2)

Com as problemáticas dos dias atuais que vem desde de séculos atrás, a principal problemática é a falta de igualdade de gênero na política. Com isso foi questionado se as vereadoras acreditavam que chegará um momento que haverá igualdade entre homens e mulheres na Câmara dos Vereadores:

Já era para estarmos em igualdade, mas infelizmente é muito complicado para nós mulheres. (V1)

Acredito que avançamos, e que a cada dia as mulheres tem mostrado muita cautela e que são capazes de administrar com amor e responsabilidade, mesmo assim temos desigualdade em nosso país. (V2)

As carreiras políticas das mulheres tornam-se reconhecidas e se legitimam a partir da exaltação de certos "atributos e valores femininos" como uma exigência de uma sociedade pautada na reprodução e persistência do papel tradicional da mulher: mãe, esposa, dona de casa, cuidadora, abnegada, frágil, generosa. (Costa, 2017, pág.22)

Dessa forma, essas mulheres se lançam nos espaços de poder a partir da constituição de imagens públicas de mulheres competentes, independentes e, sobretudo, de detentoras de um diferencial no que se refere ao padrão de gestão masculino. E por fim, foi disponibilizado um espaço para as vereadoras fazer algum tipo de comentários ou sugestão:

Nós mulheres somos fortes, eu fui em segundo lugar a mais votada, isso mostra que somos fortes e vou lutar por nós mulheres. (V1)

Sou mulher, mãe, esposa e amiga, uma agricultora nordestina com as mãos calejadas, vereadora do povo Monteirense. Luto por igualdade e transparência na gestão pública, sou paga com dinheiro do povo e darei o meu melhor pra fazer o que sempre quis defender, a classe mais pobre. Agradeço infinitamente a minha família, tenho fé em Deus que honrarei cada voto depositado naquelas urnas 16 de novembro de 2020. Gratidão meu Deus.

4.4 Coleta de dados com a população monteirense

A coleta de dados com a população do município de Monteiro ocorreu de forma virtual em virtude da pandemia de Covid-19, preservando a saúde de todos. O questionário foi elaborado no Google Forms e divulgado no Instagram, com objetivo de observar e analisar como a cidadania elege um candidato do Executivo e do Legislativo. A presente coleta de dados teve a colaboração de vinte e três (23) cidadãos.

SEXO
23 respostas

FEMININO

Masculino

OUTRO

0 5 10 15

Gráfico 8 - Definição de sexo:

Fonte: coleta direta de dados e organizada pela autora.

Com a aplicação do questionário logo após a identificação por nome do participante, a declaração por gênero foi mencionada. Na contribuição da coleta ocorreu participação de oito (8) mulheres com o percentual de 34,8% na pesquisa, catorze (14) homens responderam representando 60,9% e apenas uma pessoa se declarou outro tipo de gênero representando 4,3% na pesquisa.

ESTADO CIVIL
23 respostas

SOLTEIRO (A)
CASADO (A)
DIVORCIADO (A)
VIÚVO (A)
OUTRO

Gráfico 9 - Estado civil

Fonte: Coleta direta de dados e organizada pela autora.

Dos colaboradores do questionário direcionado, vinte e um (21) participantes se declararam solteiros apresentando a porcentagem de 91,3%, uma pessoa se declarou casado (a) com a porcentagem de 4,3 e uma divorciado (a) com porcentagem no gráfico de 4,3%.

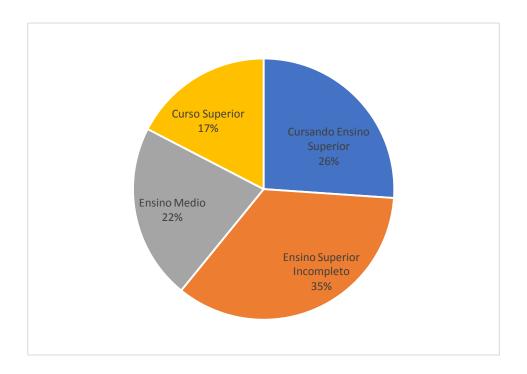


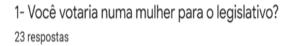
Gráfico 10 - Grau de escolaridade

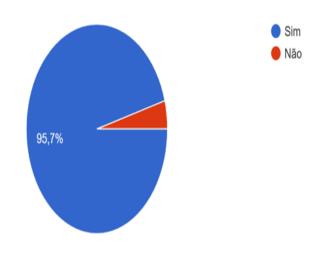
Fonte: Coleta direta de dados e organizada pela autora.

Outro quesito perguntado no questionamento sobre a vida dos colaboradores foi em relação ao seu grau de escolaridade, seis (6) participantes declaram que estão cursando ensino superior correspondente a 26%, oito (8) participantes têm curso superior incompleto representando no gráfico a porcentagem de 35%, cinco (5) participantes têm apenas o ensino médio com 22% na porcentagem e quatro (4) participantes já apresentam uma graduação com representação de 17%.

Após as perguntas pessoais dos participantes, iniciaram perguntas referentes ao tema da pesquisa. A primeira pergunta realizada foi: Você votaria numa mulher para o legislativo?

Gráfico 11 - Questionamento 1



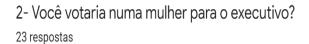


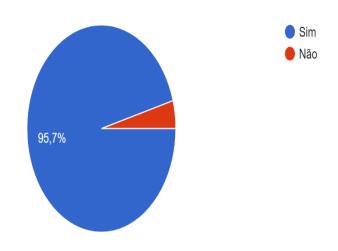
Fonte: coleta direta de dados e organizada pela autora.

Obteve-se o seguinte resultado da primeira pergunta, vinte e dois (22) dos participantes responderam que votariam em uma mulher no legislativo com representação de 95,7% e apenas um participante declarou que não votaria em uma mulher para o legislativo municipal representando 4,5% no gráfico.

A segunda pergunta realizada foi: Você votaria numa mulher para o executivo? Os resultados obtidos no segundo questionamento foi o mesmo da primeira pergunta, vinte e dois (22) participantes votaram sim e apenas um votou que não votaria em uma mulher para o executivo municipal.

Gráfico 12 - Questionamento 2





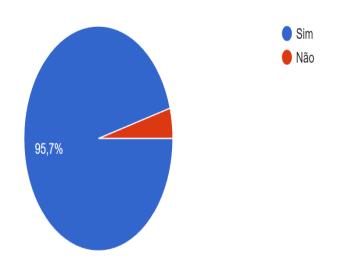
Fonte: coleta direta de dados e organizada pela autora.

A categoria de gênero pode ser entendida como elemento essencial para compreender as formas de entrada de mulheres na política e os papéis por elas desempenhados quando se estabelecem nesse meio. Esta permite ainda, entender algumas peculiaridades referentes à relação entre mulheres e a prática política. (COSTA, 2017, pág. 22).

A terceira pergunta no questionário: você é a favor da representação feminina no campo político do executivo e legislativo? Obtendo novamente os mesmos resultados das perguntas anteriores vinte e dois (22) participantes responderam que eram a favor e apenas uma pessoa respondeu que não era a favor.

Gráfico 13 - Questionamento 3

3- Você é a favor da representação feminina no campo político do executivo e legislativo? ^{23 respostas}

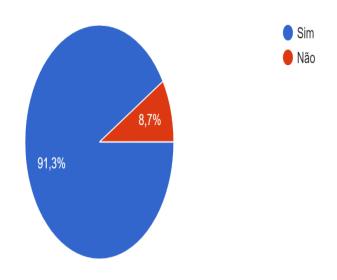


Fonte: coleta direta de dados e organizada pela autora.

A próxima pergunta foi: "a influência familiar na candidatura colabora para um candidato(a) ser eleito?". A pergunta teve o intuito de observar a opinião dos cidadãos em relação à presença longeva de grupos familiares na arena eleitoral e do poder municipal, marcando a realidade de geração em geração.

Gráfico 14 - Questionamento 4

4- A influência familiar na candidatura colabora para um candidato(a) ser eleito? 23 respostas



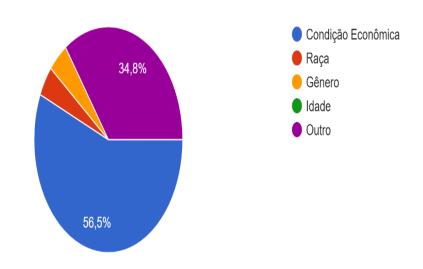
Fonte: coleta direta de dados e organizada pela autora.

Os vinte e um (21) participantes responderam que "Sim", a influência familiar colabora para a eleição de um candidato. Apenas dois (2) colaboradores responderam à alternativa "Não", representando a porcentagem de 8,7% do gráfico.

A próxima pergunta dividiu a opinião dos participantes com o seguinte questionamento: na sua opinião, qual critério pessoal do candidato influência em meio a sociedade?

Gráfico 15 - Questionamento 5

5- Na sua opinião, qual critério pessoal do candidato influência em meio a sociedade? 23 respostas



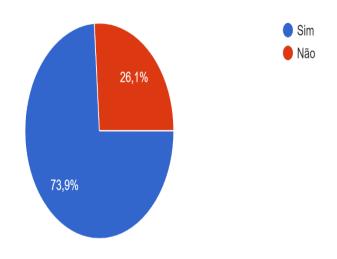
Fonte: coleta direta de dados e organizada pela autora.

Pode-se concluir com os seguintes resultados treze (13) candidatos responderam na alternativa de condição econômica do candidato representando 56,5% no gráfico, uma pessoa votou na alternativa raça, uma pessoa respondeu que o gênero influencia e 8 pessoas votaram na alternativa de que outros critérios que influenciam.

Nos dias atuais muitas pessoas ainda não sabem o que é uma violência política de gênero, com isso foi colocado um pequeno trecho explicando o que significa o termo e logo em seguida foi feita a pergunta: nos dias atuais você acha que existe Violência Política de Gênero?

Gráfico 16 - Questionamento 6

6- "A violência política de gênero acontece com eleitoras, candidatas e mulheres eleitas nos cargos, essa violência ocorre quando a mulher é o...ocê acha que existe Violência Política de Gênero? ^{23 respostas}



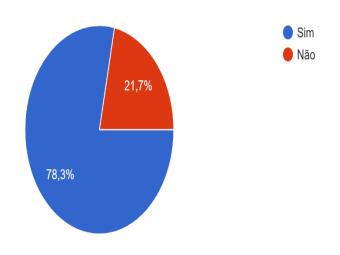
Fonte: coleta direta de dados e organizada pela autora.

Dezessete (17) pessoas responderam que sim com representação de 73,9% no gráfico e cinco (6) participantes declararam que não existe violência política de gênero, mesmo com reportagem e noticiários do dia a dia.

A falta de conhecimento da população aos termos políticos ainda é bastante preocupante, pois só demostra cada vez mais que a sociedade não apresenta interesse no campo para saber quem são os candidatos e suas atuações. As próximas perguntas foram feitas para analisar o conhecimento da população monteirense em relação aos candidatos atuais. A pergunta realizada foi: você conhece alguma mulher eleita no executivo no Município de Monteiro?

Gráfico 17 - Questionamento 7

7- Você conhece alguma mulher eleita no executivo no Município de Monteiro? 23 respostas



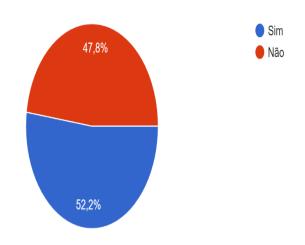
Fonte: coleta direta de dados e organizada pela autora.

Apenas quatro (4) colaboradores responderam que não conhecia uma mulher eleita no executivo, mesmo sendo uma porcentagem baixa pode-se observar a falta de conhecimento do termo "Chefe de Executivo", pois na gestão atual uma mulher que foi eleita na última eleição que ocorreu no ano de 2020.

Seguindo na mesma analise municipal foi realizada a pergunta referente ao legislativo da cidade: você conhece alguma mulher eleita no legislativo no Município de Monteiro?

Gráfico 18 - Questionamento 8

8- Você conhece alguma mulher eleita no legislativo no Município de Monteiro? 23 respostas



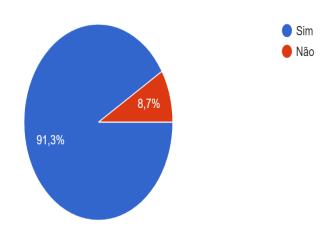
Fonte: coleta direta de dados e organizada pela autora.

Foram obtidos que doze (12) participantes conhecem alguma mulher no legislativo, por enquanto onze (11) participantes não conhecem. Os dados podem perceber a falta de interesse da população em saber os atuantes dos cargos do legislativo e a falta de informação sobre o que ocorre nas reuniões da Câmara Municipal.

A seguinte pergunta foi: na sua opinião houve um aumento de participação feminina no campo político? Com os resultados do gráfico:

Gráfico 19 - Questionamento 9

9- Na sua opinião houve um aumento de participação feminina no campo político? ^{23 respostas}



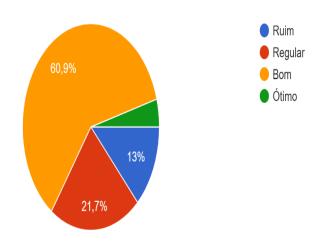
Fonte: coleta direta de dados e organizada pela autora.

Vinte e um (21) participantes responderam de "Sim" e apenas dois responderam a alternativa "Não".

E por fim, uma análise da atual gestão municipal, com a gestora Anna Lorena Nobrega do Partido Liberal, eleita no ano de 2016 e reeleita no ano de 2020, foi realizado o seguinte questionamento: Qual categoria você avalia a atual gestão da Prefeita de Monteiro

Gráfico 20 - Questionamento 10

10- Qual categoria você avalia a atual gestão da Prefeita de Monteiro 23 respostas



Fonte: coleta direta de dados e organizada pela autora.

As repostas obtidas no ultimo questionamento foi que catorze (14) participantes escolheram a alternativa "Bom" para a atual gestão do município representado a maior porcentagem do gráfico com 60,9%, cinco (5) pessoas escolheram a opção regular sendo a segunda alternativa mais votada com representação de 21,7%, três (3) pessoas votaram na opção de ruim com 13% no gráfico e apenas uma pessoa escolheu a opção ótimo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho das mulheres por emancipação e empoderamento sempre foi marcado por lutas, seja para ter voz ativa em casa, escolha dos seus direitos, ter direito ao voto e conseguir se candidatar. Porém, de várias conquistas até os dias atuais o preconceito em meio à sociedade ainda é inevitável. Mesmo com a criação de lei de cotas, as mulheres ainda são usadas pelos partidos políticos para obter os recursos e logo após são caladas, assediadas, ameaçadas e até mesmo sendo excluídas do campo partidário.

O sistema eleitoral ainda é marcado pelo machismo e nas cidades do interior a influência familiar é predominante em todas as esferas políticas, seja do legislativo ou executivo. A filósofa Rosa Luxemburgo cita "por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres", mesmo com a leis que exijam a participação feminina no sistema político ou ingressos em outros setores nos dias atuais são ignoradas devido o país apresentar um sistema falho.

O desenvolvimento de pesquisa para a construção do trabalho possibilitou compreender as fases de lutas das mulheres no país, conhecendo pioneiras das causas e representações femininas, destacando os impedimentos paras as conquistas, porém sem o recuo das mulheres nas ações. Compreensão do sistema político feminino no estado, com a crescente da participação feminina a cada eleição.

As analises resultantes da pesquisa conclui-se que mesmo nos dias atuais o preconceito em meio a sociedade é existente, ações machistas contra as mulheres é inevitável. Na teoria o ingresso das mulheres nos partidos políticos e sua atuação de voz ativa é obrigatória, porém na prática na realidade é totalmente diferente. Além do preconceito interno que mulheres sofrem no âmbito político, o preconceito externo na sociedade é presente no dia-a-dia. A nova gestão pública busca reduzir qualquer pontos negativos, buscando a atuação de uma gestão transparente e inclusiva.

Os resultados obtidos durante a pesquisa foram de consulta em arquivos da Câmara municipal de monteiro para a compreensão do sistema político do executivo da cidade de Monteiro dos últimos quarenta e cinco (45) anos, entendimento das vereadoras do município em relação as suas atuações para projetos a sociedade; conivência no meio político marcado pela presença masculina e sua representação quanto mulher a população, e saber a opinião da cidadania monteirense em relação às mulheres na política. Pode-se observar que atuação feminina é marcada por "toques minimalistas", seja através dos seus discursos ou ações sempre visando o bem de todos.

O feminismo busca a quebra de tabu em meio à sociedade e mostrar que "Política também é coisa de Mulher", rompendo barreiras e apresentando voz ativa paras as tomadas de decisões. Em um setor a presença masculina e feminina para tomadas de decisões é mais eficaz devido compartilhamento de ideias e tomadas de decisões eficaz para o todo.

Esse estudo pretende contribuir para discussões de gênero da Gestão Pública em relação de mulher e política, visando à problemática nas questões de representatividade não apenas do município de Monteiro, mas de todo o estado da Paraíba. Este trabalho visa contribuir nas questões do pequeno número da participação feminina na política, sendo utilizados em ensinos sociopolítico para a explicação de gênero, cultura política brasileira, divisão política e emancipação feminina.

Desta forma espero que este estudo contribua na Gestão Pública da cidadania monteirense e população do cariri paraibano. Essa pesquisa enfatiza os elementos da política municipal de Monteiro, com estudo principal da presença das mulheres no executivo e legislativo, compreendendo a trajetória e realidade durante um período de tempo até os dias atuais.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **O que é política.** 3º Edição. Tradução Reinaldo Guarany. Disponível em http://arquivos.eadadm.ufsc.br/somente-leitura/EaDADM/UAB_2017_1/Modulo_1/Ciencia%20Politica/Material%20Compleme_ntar/O%20que%20%C3%A9%20pol%C3%ADtica%20Hannah%20Arendt.pd

BARCELAR, Alan Silva. **Participação da mulher na política de São Sebastião Do Umbuzeiro - Paraíba.** TCC Ciências Sociais. Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé. 2018. Disponível em: http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/4553

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEIRO. Disponível em https://www.camarademonteiro.pb.gov.br/

COSTA, Ana Paula Guedes do Nascimento. **Representação feminina nos espaços de poder: relações de gênero no parlamento paraibano.** Dissertação em Ciências Sociais (PPGCS). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande. 2017. Disponível em: http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/1234

GOUVEIA, Andréa Carla Soares. A representação feminina no Poder Legislativo Municipal no Cariri Paraibano. Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé. 2014. http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/5738

JUSBRASIL. **Processo nº 5617.** Disponível em https://www.jusbrasil.com.br/processos/131866590/processo-n-5617-do-supremo-tribunal-federal

POLITIZE. **O que é política?** Disponível em https://www.politize.com.br/o-que-e-politica/

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO. Disponível em https://www.monteiro.pb.gov.br/.

SENADO FEDERAL. + MULHER NA POLITICA. Livreto

SILVA, Ariane Alves da. **"Elas por Elas": a representação feminina no Legislativo dos Municípios Sumé e Monteiro – PB.** TCC Ciências Socias. Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé. 2018. Disponível em: http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/4290

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Proteção da Mulher:** Jurisprudência do STF e Bibliografia Temática. Brasília: 2019

TRIBUNAL SUPERIOR FEDERAL. Disponível em https://www.tse.jus.br/.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO A POPULÇÃO MONTEIRENSE PARTICIPAÇÃO FEMININA NO LEGSLATIVO E EXECUTIVO

Essa pesquisa está sendo realizada com a população monteirense para saber a opinião sobre a participação feminina na política. Realizada pela aluna Victória Beatriz Silva Aleixo, concluinte do curso Superior em Gestão Pública – UFCG/CDSA junto com o orientador Valdonilson Barbosa dos Santos.

- A identidade dos colaboradores será preservada na pesquisa, apenas solicitada para a validação perante as normas.

NOME:	
IDADE:	
NÍVEL DE ESCOLARIDADE:	
SEXO: () Feminino () Masculino () Outro	
ESTADO CIVIL: () Solteiro(a) () Casado(a) (Divorciado(a))
() Viúvo(a) () Outro	
1- Você votaria numa mulher para o legislativo? () Sim () Não	
2- Você votaria numa mulher para o executivo? () Sim () Não	
3- Você é a favor da representação feminina no campo político e executivo e legislativo? () Sim () Não	ok
4- A influência familiar na candidatura colabora para um candidato(a) s eleito? () Sim () Não	er
5- Na sua opinião, qual critério pessoal do candidato influência em meio sociedade? () Condição Econômica () Raça () Gênero () Idade () Outro	a
6- "A violência política de gênero acontece com eleitoras, candidatas e mulher eleitas nos cargos, essa violência ocorre quando a mulher é obrigada a voi em um determinado candidato, quando é retratado que mulheres não sabe falar sobre política ou até mesmo quando um partido lança a candidatura mulher e logo após ser eleita no cargo elas são silenciadas, ignorada ameaçadas, assediadas e assassinadas."	tar em da
Nos dias atuais você acha que existe Violência Política de Gênero? () Sim () Não	

7-	Você conhece alguma mulher eleita no executivo no Municipio de Monteiro?
	() Sim () Não
	Você conhece alguma mulher eleita no legislativo no Munícipio de Monteiro? () Sim () Não
9-	Na sua opinião houve um aumento de participação feminina no campo político?
	() Sim () Não
10	-Qual categoria você avalia a atual gestão da Prefeita de Monteiro:
	() Ruim () Regular ()Bom () Ótimo

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AS VEREADORAS DE MONTEIRO POLÍTICA TAMBÉM É COISA DE MULHER: PARTICIPAÇÃO FEMININA NO LEGISLATIVO E EXECUTIVO NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO - PARAÍBA

Esta pesquisa está sendo realizada com vereadoras eleitas no munícipio de Monteiro-PB para analisar a trajetória política. Está sendo realizada pela aluna Victória Beatriz Silva Aleixo, concluinte do curso de Superior de Gestão Pública pela UFCG/CDSA, juntamente com seu orientador Valdonilson Barbosa dos Santos. A identificação das colaboradoras será preservada na pesquisa apenas solicitada para a validação perante as normas.

NOME:

IDADE:

ONDE NASCEU: ESTADO CIVIL:

FORMAÇÃO:

TEM FILHOS? SE SIM, QUANTOS?

PARTE 2: CARREIRA POLÍTICA

COM QUANTOS ANOS ENTROU PARA A POLÍTICA? EM QUE ANO SE CANDIDATOU A PRIMEIRA VEZ? FOI A ÚNICA?

QUAL FOI O PARTIDO? MUDOU OU SE MANTEVE NO MESMO? QUAL O CRITERIO PARA A ESCOLHA DO SEU PARTIDO?

O QUE TE MOTIVOU A SE CANDIDATAR?

VOCÊ JÁ POSSUIA ALGUM PARENTE DENTRO DESSE UNIVERSO?

VOCÊ ACHA QUE DENTRO DA CÂMARA DE VEREADORES POR SER MULHER ENFRENTOU ALGUMA DIFICULDADE OU FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO?

VOCÊ PODERIA ELEGER AS PRINCIPAIS CARACTERISTICAS DO SEU MANDATO?

QUANTO A SUA AGENDA/PAUTA POLITICA (PROPOSTAS), COMO SE DEU/DAVA?

EM SEU MANDATO HOUVE ALGUMA POLITICA PÚBLICA ESPECIFICA DESTINADA AO PÚBLICO FEMININO

VOCÊ ACREDITA QUE CHEGAREMOS NUM TEMPO EM QUE HAVERÁ IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES NA CÂMARA, EM TERMOS DE QUANTIDADE? POR QUÊ?

GOSTARIA DE ACRESCENTAR ALGUMA FALA, COMENTÁRIO, SUGESTÃO?

APÊNDICE C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO







DECLARAÇÃO

Declaro que, VICTÓRIA BEATRIZ SILVA ALEIXO, aluna do curso de Graduação Tecnólogo em Gestão Pública, do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA, da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, está realizando atividades de pesquisa de campo para coletar de dados sobre o tema: POLÍTICA TAMBÉM É COISA DE MULHER: PARTICIPAÇÃO FEMININA NO LEGISLATIVO E EXECUTIVO NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO - PARAÍBA, e precisa coletados dados para fundamentar suas reflexões. A coleta de dados é uma condição sine qua non para o desenvolvimento do trabalho final do Trabalho de Conclusão do Curso da referida aluna, desse modo, solicito, enquanto professor orientador da pesquisa, sua colaboração para a realização da pesquisa.

Grato pela compreensão!

Sumé, 17 de maio de 2021.